



Uma crítica ao vocabulário filosófico da educação

Jefferson Pereira de Almeida
Sônia Regina da Luz Matos

Jefferson Pereira de Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS, campus Farroupilha, RS, Brasil
E-mail: jefferson.almeida@farroupilha.ifrs.edu.br
 <https://orcid.org/0000-0001-6191-4488>

Sônia Regina da Luz Matos

Universidade de Caxias do Sul, UCS, RS, Brasil
E-mail: srlmatos@ucs.br
 <https://orcid.org/0000-0002-3946-5628>

Resumo

O artigo realiza uma crítica à noção de vocabulário em estreita relação com o questionamento da metafísica, enquanto acompanha o pensamento sobre as possibilidades e os limites da educação. Nesse sentido, parte-se de Friedrich Nietzsche e atualiza-se a discussão por intermédio de alguns encontros com a filosofia contemporânea, campo a partir do qual se toma a noção de vocabulário para colocá-la em contato com a apreciação nietzschiana da linguagem. Desde a perspectiva simultaneamente crítica e afirmativa, o texto faz paragens importantes no debate sobre a metafísica e a verdade, oferta as alternativas nietzschianas e indaga a ambição representacional da modernidade. Mediante tais pretextos, associados a rápidas indicações provenientes da filosofia da linguagem, alcançam-se os atributos dos vocabulários, seguindo as requisições elaboradas por Richard Rorty — eles são múltiplos, coexistem e disputam entre si, são finitos e passíveis de alteração e substituição, além de não possuírem referentes necessários no mundo. Uma pequena nota é acrescida à caracterização instituída: ao invés de concebê-lo como ferramenta, tanto melhor seria escolher os vocabulários conforme o aumento da força aos que desejam inventar novas modalidades de existência. Dada a insistente remissão a um metavocabulário, considerando a importância da linguagem para aquilo que é dito e feito no cotidiano pedagógico, o artigo combate a pretensão dos nomes únicos e das palavras privilegiadas, recusa o *Omphalos* e conclui com a afirmação da irrevogável potência da educação.

Palavras-chave: Educação. Filosofia. Vocabulário.

Recebido em: 13/11/2023

Aprovado em: 11/04/2025



 <http://www.perspectiva.ufsc.br>
<http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2025.e97262>

Abstract**Keywords:**

Education.
Philosophy.
Vocabulary.

A critique of the philosophical vocabulary of education

The article critiques the notion of vocabulary in close relation to the questioning of metaphysics, accompanying the thinking about the possibilities and limits of education. In this sense, it starts with Friedrich Nietzsche and updates the discussion through some encounters with contemporary philosophy, a field in which the notion of vocabulary is taken to put it in contact with the Nietzschean appreciation of language. From a simultaneously critical and affirmative perspective, the text makes important stops in the debate on metaphysics and truth, offers Nietzschean alternatives and questions the representational ambition of modernity. Through these pretexts, associated with quick indications from the philosophy of language, the attributes of vocabularies are reached, following the requirements elaborated by Richard Rorty — they are multiple, they coexist and dispute each other, they are finite and subject to alteration and substitution, as well as having no necessary referents in the world. A small note is added to the established characterization: rather than thinking of it as a tool, it would be better to choose vocabularies according to the increased power they give to those who wish to invent new modes of existence. Given the insistent reference to a metavocabulary, considering the importance of language for what is said and done in everyday pedagogy, the article combats the pretension of unique names and privileged words, rejects the Omphalos and concludes with the affirmation of the irrevocable power of education.

Resumen**Palabras clave:**

Educación.
Filosofía.
Vocabulario.

Una crítica del vocabulario filosófico de la educación

El artículo critica la noción de vocabulario en estrecha relación con el cuestionamiento de la metafísica, acompañando la reflexión sobre las posibilidades y los límites de la educación. En este sentido, parte de Friedrich Nietzsche y actualiza la discusión a través de algunos encuentros con la filosofía contemporánea, ámbito en el que se toma la noción de vocabulario para ponerla en contacto con la apreciación nietzscheana del lenguaje. Desde una perspectiva a la vez crítica y afirmativa, el texto hace importantes paradas en el debate sobre la metafísica y la verdad, ofrece alternativas nietzscheanas y cuestiona la ambición representacional de la modernidad. A través de estos pretextos, asociados a rápidas indicaciones de la filosofía del lenguaje, se alcanzan los atributos de los vocabularios, siguiendo los requisitos elaborados por Richard Rorty — son múltiples, coexisten y disputan entre sí, son finitos y sujetos a alteración y sustitución, además de no tener referentes necesarios en el mundo. Se añade una pequeña nota a la caracterización establecida: en lugar de concebirlo como una herramienta, sería mejor elegir los vocabularios en función del mayor poder que otorgan a quienes desean inventar nuevos modos de existencia. Ante la insistente referencia a un metavocabulario, considerando la importancia del lenguaje para lo que se dice y se hace en la pedagogía cotidiana, el artículo combate la pretensión de nombres únicos y palabras privilegiadas, rechaza el Omphalos y concluye con una afirmación del poder irrevocable de la educación.

Introdução

Com não rara frequência, a literatura lança ao solo ocasionalmente árido da filosofia sementes tão promissoras que não resta alternativa senão as germinar por meio de algum tratamento conceitual. É porque a literatura tem este condão: gera uma indagação tão vigorosa quanto a sua capacidade de fabulação. Em um conto que compõe o livro *Ficções*, Jorge Luis Borges menciona sucintamente as filosofias de Tlön e indica um de seus traços fundamentais: “Os metafísicos de Tlön não procuram a verdade nem sequer a verossimilhança: procuram o assombro. Julgam que a metafísica é um ramo da literatura fantástica” (Borges, 2001, p. 40). O que desperta a atenção nessa fala é o requerimento da multiplicidade da filosofia — que ela seja fantástica, que produza espanto e que tenha como atributo o fato de ser agradável ou sensacional. Como um pensamento que segue a sua deriva, deixando-se afetar por outras referências, arrastamos a minúcia borgiana aos interesses de pesquisa e tratamos de atravessá-la pela noção de vocabulário, constructo amplamente utilizado no âmbito da filosofia de Richard Rorty.

Com base no cruzamento de referências e decorrente de estudo recém-finalizado, este artigo problematiza a noção de vocabulário em estreita associação com a crítica à metafísica, acompanhando um movimento mais amplo: o pensamento sobre as possibilidades e os limites da educação. Para a matéria deste texto, não importa tanto as circunstâncias que contextualizam suas intenções, basta que se diga que a escrita se encontra implicada no campo dos debates da filosofia, tendo por foco o conceito de educação. Provocados por Borges, a seguir estimulados por Julio Cortázar e pela função fabuladora da literatura, seguindo as veredas abertas pela pesquisa de doutoramento, partimos de Friedrich Nietzsche e atualizamos a discussão por intermédio de alguns encontros com a filosofia contemporânea, campo do qual se toma a noção de vocabulário para colocá-la em contato com a apreciação nietzschiana da linguagem.

Com transparência, sem beleza

Da maneira como foi encaminhado o problema de pesquisa, existe um esforço na investigação da relação existente entre educação, metafísica e modernidade. Sem pretensão em demasia, naquilo que é exequível e considerando as circunstâncias do estudo, propõe-se um pequeno e parcial acerto de contas com aquilo que Rorty descreveu como “cânone platônico-kantiano” (2007, p. 169). Na metafísica,

o pensador necessita de fantasia, voo, abstração, dessensualização, invenção, intuição, indução, dialética, dedução, crítica, coleta de material, pensamento impessoal, contemplação, visão de conjunto, e, igualmente, justiça e amor em relação a tudo o que existe (Nietzsche, 2004, p. 41).

Quanto mais nos aproximamos da alegada origem, mais nos afastamos de nossos interesses, de tal modo que lá onde acreditamos alcançar o efetivo, é onde nos perdemos de nós próprios. A crítica à razão opera o questionamento do ingênuo anseio humano de conhecer as coisas tais como elas existem. Na crença metafísica habita a esperança de que o mundo possa ser conhecido em função de alguma capacidade especial de acesso humano ao funcionamento da efetividade (Nietzsche, 2004).

Contrariando o modo dogmático, Nietzsche (2020, p. 152) define a verdade como “exército móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos”, deixando explícita a ideia de que ela é criação humana. Neste sentido, para debater a clássica concepção de verdade como adequação, Rorty (1994) segue a trilha aberta e lança seu intento: o enfrentamento é trazido para o campo da filosofia moderna, os adversários são nomeados e instaura-se um combate contra uma dada concepção de conhecimento para a qual a verdade seria compreendida como resultado da correspondência entre a realidade e a mente humana. Nos desdobramentos de Rorty, o conhecimento não é uma reprodução especular, conhecer não é representar de maneira acurada aquilo que é externo ao intelecto, a verdade não se refere à suposta essência, não há natureza humana universal e o sujeito é esvaziado de sua substancialidade. Se para a metafísica moderna o sujeito é especificado como mente, espaço interior em que representações se associam para estabelecer a verdade, na perspectiva rortyana a subjetividade é desprovida de fundamento, situada e precária, marcada pela incontornável contingência da linguagem. Sintonizado com as tendências contemporâneas de outras filosofias, embora resguardado em sua especificidade, Rorty investe-se contra a trindade metafísica da modernidade: sujeito, representação e verdade.¹

No âmbito de uma experiência de pensamento, caso assumamos a presença da metáfora, da metonímia ou do antropomorfismo, ou seja, da verdade como figura de linguagem, não poderíamos reivindicar para a metafísica o papel de metáfora tão legítima como outra qualquer? E se assim for, por que a enfrentar com tanta virulência? Para a filosofia da modernidade e sua vontade de verdade, redescrivendo a definição nietzschiana, vale o que Rorty advertiu:

As verdades são os esqueletos que sobram depois que a capacidade de despertar os sentidos [...] é desgastada pela familiaridade e pelo uso prolongado. Depois de retiradas as escamas das asas de uma borboleta, tem-se a transparência, mas não a beleza — a estrutura formal sem o conteúdo sensorial. Depois de desgastado o frescor da metáfora, temos a linguagem clara, literal, transparente [...]: ideias tão claras e distintas que é possível enxergar através delas (2007, p. 253).

Não duvidamos que a metafísica produza ficções, assentimos sobre tal possibilidade. O problema nem parece ser a figura de linguagem, seu tom ficcional, mas a probabilidade de que uma metáfora

¹ A relação de Rorty com Nietzsche é feita de aproximações e afastamentos. Não pretendemos enfrentar as minúcias do encontro, apenas tomá-lo como motivo de uma problematização, retendo aqui e acolá os elementos de suas respectivas filosofias. Se de Nietzsche importa a força de sua crítica, tantas vezes comentada e atualizada por Rorty, também do estadunidense interessa a saída pela contingência. Em Almeida (2024), as apropriações dos dois autores ficam mais detalhadas e as teorias são colocadas em funcionamento para operar a potência da educação.

esqueça que é metáfora. É preciso que mantenhamos o posicionamento crítico, posto não haver concessão que possa ser efetuada em nome de um artefato que não se reconhece como tal e que somente se autentica na esperança de que sua discursividade seja a hipotética representação da natureza. A metafísica depende da verticalidade, possui um olhar de perspectiva hierárquico, visto que quer ser proveniente daquilo que é originário: ela paira imóvel sobre o tempo, livre de suas vicissitudes. Ela não almeja ser *um* vocabulário entre outros; ela quer ser *o* vocabulário, único e definitivo. A metafísica é um metavocabulário, é o momento em que a linguagem se arvora além de seus próprios limites. Caso desejemos a multiplicidade das metáforas, metonímias e antropomorfismos, embora suas diferenças e especificidades nos efeitos que produzem, sua radicalidade torna-se possível no contexto de uma imanência inegociável. Toda e qualquer autoridade buscaria os critérios de sua justificação na transversalidade dessa imanência, sem o apelo a qualquer exterioridade transcendente.

Nos termos da filosofia nietzschiana, a educação moderna estaria vinculada ao ideal ascético e superestimaria a veracidade, posicionando-se dogmaticamente em relação ao valor de verdade. Para antecipar as condições para outros vocabulários, é preciso compreendê-los na ambiência da problematização da verdade. Nietzsche (1998b) desconfiou da ciência porque via nela a admissão da verdade como valor central e inquestionável. Dessa crítica transpõe-se o questionamento para o campo da educação. Salientamos este aspecto para advertir que nenhuma solução epistemológica, cognitivista ou cientificista seria suficiente para a superação da metafísica na educação. No fetiche da aprendizagem, com todos os seus efeitos — índices, avaliações, neotecnismos e mercantilizações —, encontra-se a sobrevida da filosofia dogmática, a sutil permanência de resquícios teológicos, transfigurados pela aparência de uma educação mais concreta e imanente.

Pensando assim, torna-se mais fácil perceber quão arriscada é a aproximação da educação à metafísica. Nesta familiaridade comprometedora, a estrutura centrada, a aposta na existência de um solo fundamental, a esperança de uma imobilidade irretocável, levam a educação à assimilação de conceitos e categorias cujo esforço de legitimação redunde em nada. No excessivo apego em recorrer à exterioridade que escapa à imanência, visualiza-se um dos problemas da metafísica: ela dá as costas à vida e, assim, foge das vivências (*Erlebnissen*). Adotando a fuga das vivências e a renúncia à vida, na admissão daquilo que Nietzsche considera ser o regozijo com “pálidas imagens mentais” (2004, p. 231), imagina-se a falta de motivação do educando em sua relação com a escola. Cabe interrogar se tal falta de motivação não aumentaria exatamente em consequência da ausência de riqueza e de complexidade das vivências. A metafísica representaria, dependendo das circunstâncias, o empobrecimento da vida, algo que Rorty muito bem caracterizou na criação da imagem da borboleta que progressivamente perde as escamas de suas asas. Perguntamo-nos se a insistência em tornar a

metafísica a ciência do fundamento do real não acabaria por produzir a perda do assombro que ela traria consigo em seu momento constitutivo de fantasia.

Uma censura que poderia ser posta ao discurso que realizamos é a de que talvez tenhamos tomado a metafísica como algo homogêneo, sem a distinção de suas tonalidades presentes na intrincada problematização verificada ao longo da história da filosofia; poder-se-ia questionar também que provavelmente nos mantemos próximos demais de Nietzsche e de sua eventual fixação à doutrina platônica. Não desconsideramos a variada paleta de cores do problema e seguimos recomendação do próprio Nietzsche (2006), que se esforça em detalhar suas nuances e vicissitudes na “história de um erro”: ainda que em poucas linhas, o filósofo consegue resumir o percurso da crença no “mundo verdadeiro”, da certeza a sua abolição, indicando as estações intermediárias em que a verdade alternadamente se torna promessa, consolo, desconhecimento e inutilidade. Outras tradições são introduzidas no diagnóstico do erro: o movimento sai de Platão, passa pelo cristianismo, por Kant, pelo positivismo e pelo utilitarismo, antes de chegar ao momento de sua mais forte reprovação. A despeito das convocações que lançamos ao pensamento clássico de linhagem platônica, o que nos interessa são as vicissitudes modernas, as formulações que seguem de Descartes a Hegel, e suas consequências sobre os projetos da pedagogia contemporânea. Ademais, para fazer jus à crítica tal como a concebemos, é preciso evitar toda recusa em bloco, tornar o problema suficientemente complexo, ingressar nas inúmeras veredas das discussões, descartar o que julgamos dogmático e contrário ao movimento para, finalmente, criar e afirmar o que nos interessa.

Linguagem e vocabulários

A partir de Nietzsche, obtém-se a criação de um duplo deslocamento: atinge-se a metafísica ao mesmo tempo em que se conduz o problema aos desdobramentos da filosofia contemporânea. Doravante, não supomos que a linguagem intervenha no mundo para fixar o que *deveria* ser verdadeiro, não necessitamos cristalizá-lo em nomes obrigatórios. Compreende-se, por certo, quais são os mecanismos vitais que intercedem no processo e como o apelo à conservação da vida age para garantir a filosofia dogmática (Nietzsche, 2020). Por meio da linguagem, o animal humano estabelece seu mundo particular, suficientemente firme, e dele se assenhora, conferindo-lhe a certeza de que as palavras possuem o mágico efeito de oferecer “o supremo saber sobre as coisas” (Nietzsche, 2000, p. 21). Dotado desta convicção, o animal humano pôde avançar na criação de outros suplementos culturais, entre eles, o mais poderoso, a ciência, por intermédio da qual a linguagem impõe seu triunfo presumidamente definitivo sobre as coisas.

Mesmo em face das necessidades e da força que se adquire com a conservação, pouco se pode fazer para ocultar o abismo que separa a linguagem do real, já que quando não há qualquer referente necessário para o signo, pode-se acreditar na pluralidade dos nomes que inventamos. Facultado o

movimento e a multiplicidade, mais eficaz seria compreender que a linguagem não designa o ser, mas uma certa relação humana. Portanto, interessa-nos mencionar as metáforas, as metonímias e os antropomorfismos, tais como sugeridos por Nietzsche, lembrar da borboleta de Rorty, louvar o fascínio borgiano pela metafísica e por sua fantasia, para arrastar tudo à proposição da função fabuladora da linguagem, de sua capacidade de produzir devires e potências (Deleuze, 2019).

Parcela importante do que aqui se desenvolve resulta do empenho em problematizar um vocabulário filosófico instituído e ainda em pleno uso. Nietzsche preveniu que nosso caminho seria atravessado por palavras tão duras quanto pedras, e que nelas tropeçaríamos a todo momento; imortalizadas, “é mais fácil quebrarmos uma perna do que uma palavra” (2004, p. 43). Todavia, é no recorrente e teimoso impulso de crítica que podemos fissurar uma estrutura tão fortemente estabelecida e solenemente naturalizada. Nossa intenção é relacionar alguns impasses filosóficos da educação ao emprego de certo vocabulário que se quer fixo, à utilização regular de termos, categorias e conceitos que são provenientes de elaborações tipicamente modernas.

Conforme as referências filosóficas mencionadas, entende-se que a verdade não poderia ser o que representa adequadamente o mundo, não seria um índice pelo meio do qual o ser se expressa na linguagem. Ela seria, portanto, tão somente um artefato. Os humanos criam palavras e, com elas, constituem crenças, valores, afetos e ações. A linguagem institui saberes e práticas: com auxílio dela podemos dizer algo e fazer um conjunto de atividades. De modo contrário, a interdição de certos modos de compreender e agir se dá pelas limitações linguísticas. Esta crença de Rorty (2007) encontra acolhimento na afirmação de Gert Biesta (2021), para quem pensar a linguagem e seus usos, seus termos e conteúdos, forja a reinvenção de nossas práticas. É aí que consta parte daquilo que importa para as relações pedagógicas, “porque a linguagem [...] existente para a educação influencia em grande medida o que pode ser dito e feito, e também o que não pode ser dito e feito” (Biesta, 2021, p. 29-30).

A linguagem criadora constitui diferentes e múltiplos vocabulários. Ora, se há vários vocabulários, então eles coexistem, começam, terminam, são alterados e/ou substituídos. O vocabulário é um modo de falar. Não se trata de afirmar, pois, que um vocabulário possa ser melhor que outro. Como não há chance de um metavocabulário pretensamente universal, não há razões para acreditar que objetivamente tenhamos critérios distintivos absolutos da qualidade de um vocabulário. Contudo, embora não assumamos qualquer critério — melhor ou pior, por exemplo —, será relevante perguntar por que um vocabulário pode ser substituído por outro. A resposta parece estar nas possibilidades experimentadas: os vocabulários não estão dados, eles são criados a partir da necessidade que o humano possui de falar do mundo e nele intervir. Rorty indica que eles “são criações humanas, ferramentas para a criação de outros artefatos humanos, poemas, sociedades

utópicas, teorias científicas e futuras gerações” (2007, p. 104). Se uma linguagem é um conjunto de metáforas, como quer o filósofo estadunidense, então ela compreende vocabulários que podem ser colocados lado a lado, sem a alusão *necessária* a algo que lhes seja externo.

Precisamos agora pensar em algumas implicações para a educação e transitar pela filosofia rortyana para realizar aquilo que ela mesmo propõe: a redescritção. Após elencar esparsamente os atributos do vocabulário, Rorty (2007) caracteriza-o como uma ferramenta para, na sequência, pronunciar uma ressalva aparentemente paradoxal: conceber que a analogia entre vocabulário e ferramenta seria inconveniente, dado que é estranho imaginar que um artesão possa criar algum instrumento para seu trabalho previamente à produção, antes de idealizar seu produto e de saber quais são suas intencionalidades criativas. Caso defendamos o questionamento realizado, aquele capaz de controverter os conceitos de sujeito, representação e verdade, submetendo-os à contingência, precisaremos assumir o caráter constituinte da linguagem, que seria anterior a qualquer coisa e, ela própria, geradora de descrições e realidades. Para a crítica desejada, cumpre assinalar que é importante prescindir da ideia de ferramenta e propor que os vocabulários sejam criadores de possibilidades. Uma sugestão externa ao neopragmatismo de Rorty pode auxiliar no desanuviamento. Em suas aventuras pelo rumor da língua, Roland Barthes (2012) salienta que para a ciência, tão preocupada com objetividade e neutralidade, a linguagem torna-se instrumento, na suposição de que a matéria científica seja anterior ao texto. Portanto, inscrito na lógica representacional, o texto científico espelharia a realidade. Contrário à perspectiva especular, Barthes propõe a linguagem como um *ser da escritura*: a realidade estaria contida na linguagem. Assim, este atravessamento de autores permitiria que o vocabulário ganhasse a força propugnada por Barthes, pois poderíamos pensar a travessia da educação como dependente da travessia da linguagem. Notadamente, o que se professa é a sutil distinção entre um discurso que precisa da linguagem para se expressar e um discurso que está na linguagem. De nossa perspectiva, torna-se mais interessante recusar a analogia de Rorty e indicar a potência da educação.

Ainda resta ao devir da filosofia contemporânea continuar perguntando o que determina as escolhas vocabulares e para quais finalidades se destinam. Talvez baste afirmar que, a partir de Nietzsche, mas já arrastando o referencial para outras searas, ter-se-ia uma opção vocabular baseada naquilo que aumenta a potência de vida. O vocabulário seria um componente da potência e, assim, sempre tensionaria a si. Parte da crítica que tecemos ao vocabulário da educação advém da hipótese de que seriam possíveis múltiplos vocabulários — não legitimados pela presumida capacidade de alcançar a substancialidade ou o fundamento, mas pela *força* que concederiam àqueles que precisam inventar novas modalidades de existência.

Se os diferentes vocabulários coexistem sem haver critério objetivo para designar qual é o melhor, o mais adequado ou o mais coerente, e se o elemento distintivo passa ser a força atribuída,

então por que motivos deveríamos questionar o atual vocabulário metafísico da educação? Debateremos tal vocabulário não porque ele seja errado, mas porque não nos conduz às finalidades prometidas — ele é motivo da impotência da educação. Criado pela perspectiva de quem procura representar o mundo, o vocabulário pode não ser completamente honesto, já que não entregaria o que anuncia. Nietzsche quis denunciar a filosofia dogmática e acautelá-la que ela seria um “jogo de palavras” ou de “sedução da gramática” que prometia através dos tempos (1998a, p. 7). Caso navegar seja preciso, como afirma o poeta, pelo menos que não naveguemos em círculos. Se a errância é desejável, então que ela não se desenvolva baseada no engano.

Integra nossos esforços compreender por que é lícito suspeitar do vocabulário metafísico ou metavocabulário, e quão oportuno seria conceber múltiplos e diferentes vocabulários filosóficos para a educação. O que está em jogo é a crítica, mas à dimensão negativa da investigação se alia a intransferível tarefa de afirmar coisas novas, criar “novos nomes, avaliações e probabilidades” (Nietzsche, 2001, p. 96). Surge no horizonte a oportunidade de provocar a educação com a afirmação da inequívoca contingência da linguagem, agora comprometida com a imanência dos objetos presentes na ação pedagógica. Admitindo o conflito existente entre os vocabulários em disputa, recusa-se que sejam possíveis índices qualitativos que em absoluto os distingam. Os vocabulários concorrem, e se a crítica é destinada à sedução da qual nos fala Nietzsche, alegra-nos indicar a variedade das concepções que se encontram no desejável combate da educação.

Um novo vocabulário pode surgir facilmente do seio de uma mesma e antiga gramática? Quais são as chances de inéditos conceitos advirem da velha e conhecida estrutura linguística? Observamos que os conceitos filosóficos crescem e se desenvolvem no ambiente de um sistema comum, guardando entre si relações de parentesco. Haveria, portanto, no vocabulário europeu “um certo esquema básico de filosofias possíveis” (Nietzsche, 1998a, p. 25-26). Por conseguinte, como estamos em conflito com o metavocabulário e professamos novos e múltiplos vocabulários filosóficos para a educação, seria importante questionar, depois da advertência de Nietzsche, se tais novos conceitos filosóficos seriam possíveis no campo da linguagem usual. Não parece ser viável imaginar a figura de um único e original filósofo que, em função de sua genialidade, saca da cartola, não um coelho mágico, mas a novidade de conceitos revolucionários que abalariam a órbita conhecida da linguagem e do pensamento ocidental. A criação conceitual é lenta, experimenta e tensiona a linguagem estabelecida; embora se desenvolva na história, depende da extemporaneidade, opera-se por tentativas, decorre de muitas mãos, é fruto de diversas responsabilidades. Diversamente à repetição neurótica, que repete porque investe libidinalmente os mesmos nomes, há uma repetição que produz diferença. Eis os motivos pelos quais a experimentação que realizamos percorre caminhos já trilhados e, assim, insiste na tentativa de criar as linhas de fuga.

Nome único, palavras privilegiadas

Em *Contingência, ironia e solidariedade*, Rorty (2007) dedica-se a colocar Jacques Derrida no foco de suas atenções; no início do sexto capítulo, ele aponta para algo relevante aos interesses da pesquisa: o problema do nome único. O ponto de articulação pode ser encontrado em *Margens da filosofia*:

Não haverá nome único, nem que seja o nome do ser. E é necessário pensá-lo sem nostalgia, isto é, fora do mito da língua puramente maternal ou puramente paternal, da pátria perdida do pensamento. Pelo contrário, é necessário afirmá-lo, no sentido em que Nietzsche põe a afirmação em jogo, num certo riso e num certo passo de dança (Derrida, 1991, p. 62).

No pensamento que se tece, uma linha puxa a outra e reclama o laço. Se Rorty chama Derrida, Derrida oferece motivos para que requeiramos a literatura, outra vez a literatura. Iniciamos o artigo aludindo a inquietação produzida pela leitura de autor argentino; agora novamente tomamos a força da literatura e a coincidência propõe a intervenção de outro que lhe é muito próximo, o belga-argentino Julio Cortázar. Em *O jogo da amarelinha*, ele coloca a dúvida na boca do protagonista:

Acabo sempre aludindo ao centro sem a menor garantia de saber o que estou dizendo, acabo cedendo à armadilha fácil da geometria com a qual se pretende organizar nossa vida de ocidentais: Eixo, centro, razão de ser, Omphalos, nomes da nostalgia indo-europeia. Inclusive essa existência que às vezes procuro descrever, essa Paris onde me movo como uma folha seca, não seriam visíveis se por trás não latejasse a ansiedade axial, o reencontro com a raiz. Quantas palavras, quantas nomenclaturas para um mesmo desconcerto. [...] O pêndulo cumpre seu vaivém instantâneo e mais uma vez me instalo nas categorias tranquilizadoras [...] (2019, p. 23-24).

Em ambos, Derrida na filosofia, Cortázar na prosa literária, encontra-se assinalada a nostalgia ocidental.

Na fabulação estimulada por Derrida e Cortázar, enfrentamos o *Omphalos*² com a agitação do riso e da dança, com o movimento afirmativo que olha para frente e recusa o retorno ao território perdido de um vocabulário alegadamente originário. Caso houvesse espaço suficiente no corpo deste artigo, haveríamos de reivindicar o tratamento que Nietzsche concede à dança, a força das cenas de jogo e riso que antecipam a imagem proposta pelo filósofo franco-argelino. Preferimos abreviar caminho e chegar novamente a Rorty:

[...] o mito de uma língua perdida, de “palavras elementares” cuja força precisa ser restaurada, não passa de mais uma tentativa de crer que algumas palavras são privilegiadas em relação a outras por um poder que não somos nós, que alguns vocabulários finais aproximam-se mais do que outros de algo trans-histórico e não contingente (2007, p. 210).

² Embora exista o termo em língua portuguesa “ômalo”, utilizamos a transliteração do grego para ficar de acordo com a expressão presente no fragmento de Cortázar (2019, p. 23), ocasião com a qual seguem alguns dos motivos da discussão que compõe o artigo. Ὀμφαλός significa “umbigo” e indica uma pedra do templo de Delfos que representaria o centro do mundo. Símbolo mitológico que compreende a virilidade, é deste centro que decorre a vida. Para mais detalhes acerca do sentido mítico, indicamos o verbete dedicado ao termo em Brandão (1992).

Portanto, podemos indagar o vocabulário filosófico que organiza a educação, encontrar nele os conceitos, os operadores, as noções, os objetos e as relações que, mediante influência da metafísica, reivindicaram para si a permanência do nome único e privilegiado. Não só encontrá-los, sobretudo submetê-los à crítica para chegar, mais adiante, ao pensamento da potência da educação. Assim, desacomodar a presunção de centro, admitir a multiplicidade de vocabulários que convivem entre si, problematizar a educação para garantir seu devir. Vocabulários não são meras terminologias, eles encerram performatividades, modos de existência, assim que, para além daquilo que se escreve e se define, há o que é capaz de determinar práticas sociais. Realizar o acesso a isto que se quer universal e necessário — ou que, no mínimo, dada sua suposta generalidade, tem a ambição de ser extensivo a muitos indivíduos —, chegar ao *metavocabulário*, questioná-lo em seu conteúdo e em suas intencionalidades, divisar as forças que as constitui, requerer a contingência e verificar quais os impactos desses movimentos na forma contemporânea de pensar a educação. Trata-se de, no olhar e na suspeita, com vistas à afirmação, debruçar-se sobre o pretenso privilégio das palavras.

Experimentação da potência

Diante de seus tons especulativos, a educação reincide melancolicamente nas velhas finalidades, assim como pode abandoná-las para cair em um regaço tranquilizador de objetivos pragmáticos, desde que estejam em conformidade com os interesses da economia. Em qualquer um dos casos, a permanência na aposta coaduna-se com aquilo que Rorty soube reconhecer como característico dos vocabulários: eles “costumam ser parasitários das esperanças — no sentido de que sua função principal é contar histórias sobre resultados futuros que compensem os sacrifícios do presente” (2007, p. 154). Experimentamos outros termos e definições, outras relações, outros tantos vocabulários alternativos como antídoto às expectativas. Incluímo-nos aqui, modestamente, nos rastros de uma travessia que desde a segunda metade do século XIX vem elaborando seu trabalho, qual seja, o de tensionar os limites da metafísica, especialmente quando ela se arvora ao direito de se imiscuir em diversas áreas da cultura para capturá-las dogmaticamente. Não acreditamos que se possa prescindir da metafísica, ela compreende parte dos esforços de conhecimento, das derivas e errâncias de pensamento, das experimentações práticas. Condenar absolutamente a metafísica equivaleria a reiterar o que tanto evitamos, ou seja, o empobrecimento da vida. Assim, atingimos o cerne da crítica: preocupa-nos a metafísica quando ela trata de sequestrar dogmaticamente os processos formativos e colocá-los na trilha do investimento libidinal dos nomes únicos e das palavras elementares, cujo efeito não pode ser outro senão a impotência da educação. Endossamos o posicionamento de Rorty (2007) para quem a crítica ao vocabulário não está dissociada da afirmação de outros, uma redescritção

somente pode ser substituída por outra redescritção. É importante conceber a possibilidade do impensável que produz a transformação de um vocabulário na pluralidade de outros tantos.

É claro que nosso jeito de apropriação da noção de vocabulário sofre os impactos de outras maneiras de conceber a linguagem e a significação, de outras referências que se encontram além do horizonte da filosofia neopragmática. Afeta-nos a ideia de uma significação que não se aquieta, que é sempre diferida ou adiada, como se o vocabulário precisasse sempre estar em movimento diferencial, na afirmação da impossibilidade de correspondência direta e imediata entre palavras e coisas, entre significante e significado. O vocabulário de uma comunidade é algo submetido à diferença, algo que, sendo um entre outros, é contingente e está em constante transformação, o que rejeitaria qualquer intenção de atribuir-lhe o anseio de ser “verdadeiro” ou “correto”. Do jeito como apresentamos, a noção de vocabulário passa a ser atravessada pelo movimento do devir, pela diferença e pela multiplicidade. Ademais, sob influência das formulações de Nietzsche, é consequência inevitável que a experimentação leve a noção de vocabulário ao seu limite. Quando o filósofo elabora a crítica, quando ele oferece como alternativa a correspondente concepção das metáforas, metonímias e antropomorfismos, surge a proposição da mobilidade da verdade e dos conceitos, de quão difícil se tornaria mantê-los em sua permanência e regularidade. Doravante, precisaríamos pensar no vocabulário como algo igualmente móvel, que recusaria o endurecimento e a petrificação, que se imporia como fluído, afinal os vocabulários também seriam decorrentes da capacidade inventiva do animal humano, da sua potencialidade ética, política e estética, e de seu agenciamento coletivo.

Considerações finais

Finalmente, mais uma vez vale discutirmos a aparente estranheza da proposta de eliminação de um vocabulário simultaneamente ao elogio da multiplicidade de outros tantos. Afinal, a força dessa concepção não estaria justamente na postulação da coexistência de léxicos que habitam e encantam o devir da educação? Dito de outra forma: em defesa da recusa de um vocabulário justifica-se impor alguma proibição ao uso de tal ou qual termo? Admitimos que o eventual questionamento traz uma sutileza digna de ser considerada. Não orientamos a escrita pela centralidade da denúncia em alguma versão vulgarizada de crítica; preferimos sempre pautar o procedimento pelo combate em estreita associação à afirmação da educação. Assim, seria bem melhor recusar o metavocabulário, não porque ele seja errado, mas porque sua existência pressuporia a exclusão do movimento e da multiplicidade. Lembremos da menção à filosofia de Tlön, ao mesmo tempo múltipla e fantástica. De fato, nessas circunstâncias, pouco espaço haveria para um discurso que oferecesse primazia à representação. Da mesma forma, recordemos a alusão à nostalgia indo-europeia e à preocupação do protagonista de Cortázar pelo *Omphalos* e pelas categorias tranquilizadoras. Uma vez que questionamos a unidade e

a identidade do metavocabulário, sua compulsão em parasitar os saberes e as práticas da educação, ingressamos no já antigo — mas ainda imprescindível! — combate à repetição neurótica e à melancolia que insiste em investir libidinalmente as categorias na esperança de que existam palavras privilegiadas. Já que realizamos uma vez mais o esforço, julgamos que na tranquilidade dos nomes únicos repousa a impotência da educação. Uma crítica ao vocabulário filosófico exige a recusa da ânsia de tudo encerrar, a rejeição da força de totalização, acreditando que o metavocabulário destruiria a coexistência dos múltiplos léxicos; afinal, o que realmente interessa e motiva é colocar o combate no campo afirmativo da irrevogável potência da educação.

Referências

ALMEIDA, Jefferson Pereira de. **Mais uma vez e apesar de tudo, o que pode uma educação**. Orientadora: Sônia Regina da Luz Matos. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/14179>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Mario Laranjeira. 3.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem**: educação democrática para um futuro humano. Tradução de Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. Tradução de Carlos Nejar. 3.ed. São Paulo: Globo, 2001.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**: volume II. Petrópolis: Vozes, 1992.

CORTÁZAR, Julio. **O jogo da amarelinha**. Tradução de Eric Nepomuceno. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Tradução de Peter Pál Pelbart. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Tradução de Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papyrus, 1991.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora**: reflexões sobre os preconceitos morais. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos**: ou como se filosofa com o martelo. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.

NIETZSCHE, Friedrich. Verdade e mentira no sentido extramoral. *In*: NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia**: ou os gregos e o pessimismo. Tradução e notas de Paulo César de Souza; posfácio de André Luís Mota Itaparica. São Paulo: Companhia de Bolso, 2020. p. 147-161.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano**: um livro para espíritos livres. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RORTY, Richard. **A filosofia e o espelho da natureza**. Tradução de Antônio Trânsito. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2007.